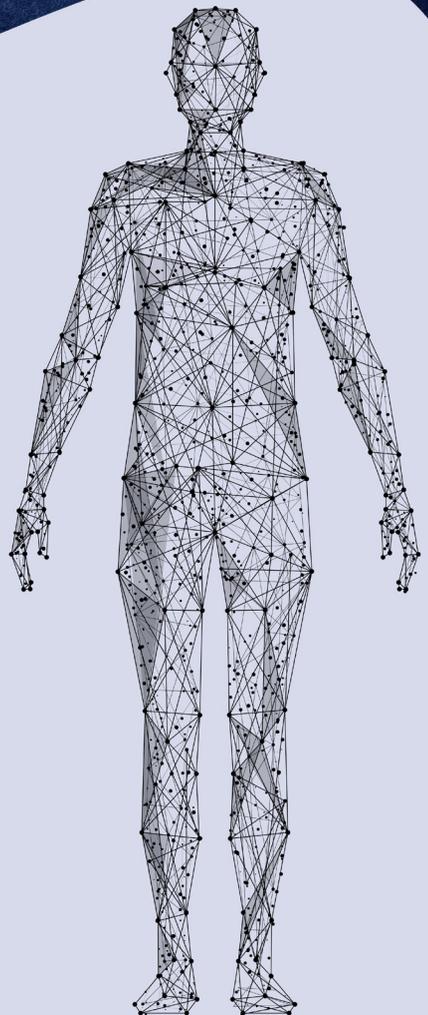


AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

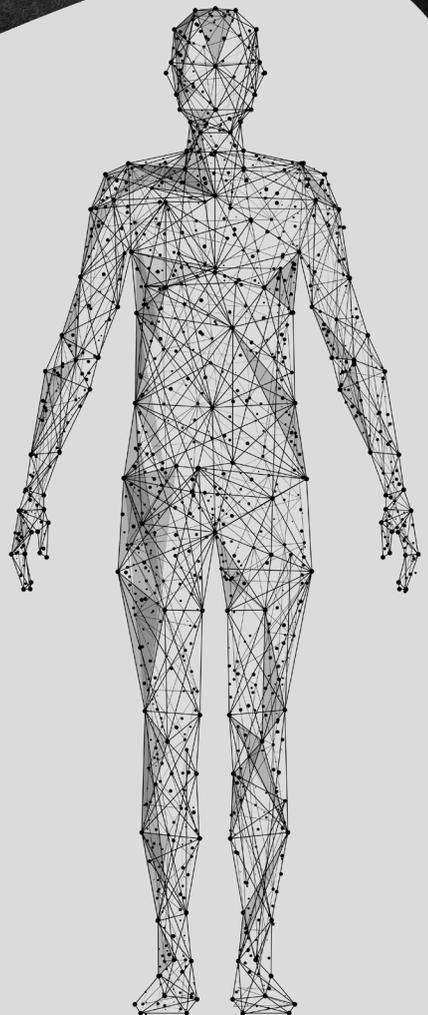
GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

As ciências humanas como protagonistas no mundo atual 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas como protagonistas no mundo atual 3
/ Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-053-4

DOI 10.22533/at.ed.534211105

1. Ciências humanas. I. Ferreira, Gustavo Henrique
Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “As Ciências Humanas como Protagonistas no Mundo Atual 3” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação de professores entre outras pesquisas que fomentem o desenvolvimento do país. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater o papel das Ciências Humanas e seu protagonismo no mundo atual a partir de uma visão crítica, comprometida e propositiva para derrubar muros, cercas e fronteiras.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam importantes leituras a partir das ciências humanas e sociais e suas nuances interdisciplinares. Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Editora Atena propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão das ciências humanas para compreensão e transformação do mundo atual, e, sobretudo, estabelecendo diálogos e pontes para um novo presente-futuro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Cássio Giovanni

Juma Amanda Ferreira Santos

Yuly Marcela Giraldo Atehortua

Paula Dorothea Melcop

DOI 10.22533/at.ed.5342111051

CAPÍTULO 2..... 13

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Raimundo Sousa

Terezinha F. A. M. dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5342111052

CAPÍTULO 3..... 18

CONSCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INTEGRAL TRANSDISCIPLINAR NO MOVIMENTO CONTEMPORÂNEO DO CONSCIENCIALISMO

Maribel Oliveira Barreto

Juliana Andrade Costa

DOI 10.22533/at.ed.5342111053

CAPÍTULO 4..... 31

INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: A FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS NO CONTEXTO TRANSDISCIPLINAR

Luciana de Lima

Robson Carlos Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.5342111054

CAPÍTULO 5..... 43

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Leoclécio Dobrovoski Silva Pereira

Maria José Pirete

DOI 10.22533/at.ed.5342111055

CAPÍTULO 6..... 56

CURRÍCULO MENOR EM CIÊNCIAS: INCURSÕES PELO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATTARI

Edilena Maria Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.5342111056

CAPÍTULO 7.....	65
DO VALOR/ALUNO/ANO AO CUSTO-ALUNO-QUALIDADE (CAC) E CUSTO-QUALIDADE- INICIAL: O CONTROLE SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS COMO POLÍTICA DE ESTADO (1998-2021)	
Wellington Ferreira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.5342111057	
CAPÍTULO 8.....	81
RETOS PARA UNA EDUCACIÓN INTERCULTURAL. PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS HACIA LA DIVERSIDAD CULTURAL PRESENTE EN EL DISCURSO DOCENTE DE ESCUELAS MULTICULTURALES DE SANTIAGO DE CHILE	
Tricia Mardones Nichi	
DOI 10.22533/at.ed.5342111058	
CAPÍTULO 9.....	92
O SENTIDO DO BRINCAR E DO JOGAR NA INFÂNCIA HUMANA COMO FUNDAMENTOS À CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
Munir José Lauer	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.5342111059	
CAPÍTULO 10.....	105
PAIS, FILHOS E A PANDEMIA DA COVID-19: NOVOS DESAFIOS MEDIADOS PELAS TIC	
Márcia Stengel	
Vanina Costa Dias	
Simone Pereira da Costa Dourado	
Liliam Pacheco Pinto de Paula	
Samara Souza Diniz Soares	
Phamela Aryane Sudré Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.53421110510	
CAPÍTULO 11.....	119
INOVAÇÕES DIDÁTICAS NA ENFERMAGEM: RECURSOS MULTIMÍDIA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL	
Gabriel Arruda de Souza Fernandes	
Telma Marques da Siva	
DOI 10.22533/at.ed.53421110511	
CAPÍTULO 12.....	129
LA PRISIÓN: UN CAMPO DE REPRODUCCIÓN DE SUJETOS	
Alejandra González Herrera	
Adriana Obando Aguirre	
DOI 10.22533/at.ed.53421110512	

CAPÍTULO 13.....	146
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: FERRAMENTA DE COMBATE À CRISE DO COVID-19 E MECANISMO DE EXPANSÃO DA CIDADANIA	
Luciano Crotti Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.53421110513	
CAPÍTULO 14.....	157
CONSULTORIA EMPRESARIAL ATRAVÉS DE PROJETO INTERDISCIPLINAR EM EMPRESAS DO VESTUÁRIO DO RECIFE (PE)	
Paava de Barros de Alencar Carvalho Filgueira	
Danielle Silva Simões-Borgiani	
Dario Brito Rocha Júnior	
Karina Carla de Araujo Fernandes	
Anete Sales da Paz Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53421110514	
CAPÍTULO 15.....	171
O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL COM SUPORTE AO PROCESSO DECISÓRIO NA STARTUP	
Wilson Lourenço de Oliveira	
Simone Flávia de Sousa Oliveira	
Napoleão Verardi Galegale	
DOI 10.22533/at.ed.53421110515	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	187
ÍNDICE REMISSIVO.....	188

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 02/02/2021

Leoclécio Dobrovoski Silva Pereira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/2906000291479560>

Maria José Pirete

Faculdade de São Marcos
São Marcos-RS
<http://lattes.cnpq.br/5318630303255909>

RESUMO: Neste estudo abordou-se as categorias precarização e trabalho docente com enfoque na educação básica no Brasil, em que se destaca este processo como modus operandi da administração pública na gestão dos serviços educacionais, envolvendo condições de trabalho, estrutura, financiamento e remuneração. Justifica-se como instrumento para compreensão da categoria trabalho como processo inerente à organização do universo humano, como meio de transformar a natureza e a si mesmo, em um continuum ininterrupto, em que o objetivo é propiciar melhores condições de vida, subsistência e sobrevivência e, para que isso se concretize, o trabalho não pode ser tomado como instrumento para geração de valor, mais valia ou exploração. Objetivou-se compreender o processo de precarização do trabalho docente como um movimento imperativo da organização da gestão pública sob os ditames das políticas neoliberais, por meio de

pesquisa a partir de revisão bibliográfica. Com base na agenda neoliberal para as políticas públicas, cujo fim é o atendimento às políticas de controle internacionais, a partir de 1990 a nova gestão pública na educação está voltada ao atendimento das metas estabelecidas pelos mecanismos de controle e para que estes sejam alcançados, é gestado um novo perfil docente, que tem como primazia a execução de processos e a formação do alunado para o trabalho sob a égide do capital. Constata-se, como corolário desse processo, em que a educação não é prioridade nas políticas de estado, manifesto em tempos de pandemia, o descaso com a educação básica envolvendo a falta de uma política nacional, recursos para alunos e professores e retirada de rubrica específica de financiamento. Compreender os processos de gestão do trabalho docente na esfera pública é imperativo na construção da agenda de formação de consciência crítica, entendimento de políticas educacionais e recurso sem o qual o movimento de resistência não se dá.

PALAVRAS - CHAVE: Educação. Trabalho. Precarização.

PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT: This study addressed the categories of precariousness and teaching work with a focus on basic education in Brazil, in which this process stands out as a modus operandi of public administration in the management of educational services, involving working conditions, structure, financing and remuneration. It is justified as an instrument for understanding the category of work

as a process inherent to the organization of the human universe, as a means of transforming nature and oneself, in an uninterrupted continuum, in which the objective is to provide better living conditions, subsistence and survival and , for this to happen, work cannot be taken as an instrument for generating value, added value or exploitation. The objective was to understand the process of precarious teaching work as an imperative movement in the organization of public management under the dictates of neoliberal policies, through research based on literature review. Based on the neoliberal agenda for public policies, the aim of which is to comply with international control policies, from 1990 onwards the new public management in education is geared towards meeting the goals established by the control mechanisms and for them to be achieved, it is a new teaching profile was created, which has as a priority the execution of processes and the training of students for work under the aegis of capital. As a corollary of this process, it appears that education is not a priority in state policies, manifest in times of pandemic, the neglect with basic education involving the lack of a national policy, resources for students and teachers and removal of rubric specific financing. Understanding the management processes of teaching work in the public sphere is imperative in building the agenda for the formation of critical awareness, understanding of educational policies and a resource without which the resistance movement does not occur.

KEYWORDS: Education. Job. Precariousness.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema de pesquisa referente ao trabalho docente ganhou espaço nas produções acadêmicas, em razão de que há crescente pressão da sociedade sobre a instituição escola, impactando diretamente na qualidade de vida dos profissionais, nas perspectivas que estes manifestam para com o seu trabalho, na saúde, na representatividade que a profissão tem na sociedade e, de modo especial, nos resultados que se atribui à escola em tempos de incertezas.

No que diz respeito ao trabalho docente, consta-se que está em curso um processo de precarização da atividade laboral destes profissionais, manifesto pelos expressivos índices de adoecimentos, afastamentos, falta de condições para o desenvolvimento do trabalho, reconhecimento social, perda de direitos e instabilidade na carreira. Além disso, as políticas públicas praticadas nas últimas décadas tem potencializado o fenômeno da precarização do trabalho.

No Brasil, a chamada Nova Gestão Pública, amparada nos mecanismos de gestão e controle da iniciativa privada e pela imersão do mercado na coisa pública, vem demonstrando que a eficiência administrativa e econômica que está sendo imposta está em descompasso com a excelência dos resultados anunciados, reverberando negativamente com o enxugamento de recursos, sobrecarga de trabalho, e responsabilização da categoria docente por resultados inexpressivos nas avaliações de larga escala.

Não bastasse, em um unísono de intempéries, a pandemia Covid-19 está impactando fortemente e acentuando o processo de precarização do trabalho docente,

manifestando a falta de investimentos, a desqualificação dos profissionais para a relação com as novas tecnologias, a incompatibilidade entre a necessidade de aprendizagem dos alunos e os recursos disponíveis, retirada de rubrica pública da educação básica e a falta de um projeto nacional para amenizar os problemas educacionais e de condições para o trabalho.

Esta pesquisa é pertinente em ser desenvolvida pela razão de que precisa-se compreender o processo de precarização do trabalho sob os argumentos do novo estado gestor, segundo a lógica da eficiência da prestação de serviços, e demonstrar que os resultados que vem sendo construídos são na sua maioria prejudiciais àqueles que empenham seus esforços nas práticas educativas na educação básica. Por outro lado, se faz necessário evidenciar que, quando faltam condições para o trabalho do professor, os prejuízos são também para o aluno e, por extensão, para toda sociedade. Necessário se faz evidenciar que a categoria docente necessita ser ouvida, afim de que as definições sobre o dia a dia do trabalho no chão da escola não sejam tomadas por especialistas de escritório sem conhecimento de causa.

Objetivamos compreender o processo de precarização do trabalho docente como um imperativo da nova gestão pública sob a égide do neoliberalismo, identificar as razões que levam o estado gestor a implementar práticas que são na sua maioria prejudiciais à categoria docente, apresentar os mecanismos de responsabilização pelos inexpressivos resultados nas avaliações de larga escala e demonstrar os interesses que estão postos como pano de fundo para a gestão do serviço público segundo as diretrizes da iniciativa privada e problematizar alternativas para enfrentamento da categoria docente ao jugo que lhes é imposto.

2 | METODOLOGIA

Com base em revisão da literatura e com fundamento em aportes teóricos através de pesquisa bibliográfica e documental, direcionamos nossas análises a partir do referencial teórico do materialismo histórico e dialético, pelo movimento de apreensão da realidade, compreendê-la teoricamente e, novamente, pela viagem do retorno da teoria à prática, apresentar suas determinações. A pesquisa será dividida em três tópicos, elencados em a precarização do trabalho e o novo perfil docente, Nova Gestão Pública e a tônica da precarização e implicações do isolamento social no trabalho do professor em decorrência da pandemia Covid-19.

3 | A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O NOVO PERFIL DOCENTE

O trabalho é uma característica inerente ao ser social¹. É por meio dele – trabalho – que são transformados os recursos da natureza, são organizadas as relações de produção

¹ Optamos pelo conceito de ser social por este caracterizar todo gênero humano.

e distribuição de produtos e, por consequência, é o meio pelo qual a espécie humana se serve para garantir a organização de seu tempo e espaço e para a construção de condições de existência.

Para Marx (1996), é por meio dele que a espécie humana, de forma intencional, se apropria dos recursos da natureza visando satisfação de suas necessidades, transforma-os em produtos com valor de uso e, sob as regras de mercado, ganha valor de troca. O valor de uso refere-se à utilidade que o objeto tem em si mesmo e o valor de troca envolve o seu processo de comercialização, em que um valor monetário é atribuído a partir do momento que o produto é posto em circulação e intermediado entre vendedor e comprador.

De acordo com os pressupostos do materialismo histórico e dialético, a partir do momento que os produtos do trabalho são postos como mercadoria sob o regime do capitalismo e, por extensão, o trabalho é transformado em mercadoria, o ser social passa a ter uma relação de estranhamento e a não se reconhecer no produto de seu trabalho Marx (1996), Antunes, (2003), Alves, (2007), Saviani, (2007, 2008), Hypolito (1997).

Assim, o trabalho passa da condição inerente ao ser social enquanto recurso para transformação da natureza em seu benefício para um jugo sob as relações de produção, estabelecidas segundo o metabolismo social do capital.

Nas últimas décadas, tem aumentado o número de pesquisas sobre as condições do trabalho docente no Brasil e elas corroboram o entendimento de que está em curso um processo contínuo de precarização.

Ball (2002, 2005) enfatiza que há em escala global, sob a égide do neoliberalismo, um processo de intensificação do trabalho docente, sob o prisma flexibilização e terceirização. Estas redefinições na organização do trabalho docente em instituições públicas constituem o que o autor chama de uma nova constituição da subjetividade docente, pois passa a imperar neste cenário de organização do trabalho, a competição, a performance e a precarização do trabalho. Destaca-se que se trata de uma guinada neoliberal, processo pelo qual o mercado privado busca alargar os seus campos de atuação, pois, conforme tese defendida por Marx n' *O Capital* há uma tendência na taxa de diminuição dos lucros da iniciativa privada, por isso a necessidade de constantemente ampliar seu campo de atuação.

Justifica-se esta participação da esfera privada na coisa pública segundo o argumento de que a burocracia nos processos de trabalho, característica dos serviços públicos, gera gastos extravagantes para os cofres públicos, não dá celeridade aos processos, e, por consequência, gera insatisfação ao público atendido.

Facci, Urt e Barros (2018) destacam que a precarização do trabalho docente está intrinsecamente associada ao processo de adoecimento de professores. Na perspectiva dos autores, o trabalho docente tem provocado estranhamento aos profissionais frente às exigências e organização de nosso tempo, pois o sentido e significado do ofício do professor tem sido impactados na sua prática profissional, representado em alguns casos

por intensificação e auto intensificação do trabalho, falta de condições para o trabalho, falta de reconhecimento pela comunidade como um todo, proletarização, desqualificação e rebaixamento de salários.

A precarização do trabalho docente não constitui uma exceção na organização das relações produtivas. Ela está imersa na chamada reestruturação produtiva do capital, envolvendo o trabalhador que desenvolve funções manuais, considerado sem necessidade de qualificação àquele que desenvolve funções as mais qualificadas. Este argumento está fundamentado na obra *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX* de Braverman (1981), em que o autor defende a tese da tendência à desqualificação e degradação do trabalho sob o regime de acumulação capitalista, em que há uma separação entre concepção e execução das atividades laborais.

Previtali e Fagiani (2014, p. 4), amparados em Braverman (1981), afirmam que a desregulamentação e a flexibilização do trabalho corroboram para a ampliação da desqualificação do trabalho em todas as suas instâncias, do trabalho fundamentalmente manual no chão de fábrica ao trabalho especializado/qualificado desenvolvido em escritórios, academias ou centros de excelência. O que aparentemente parece ser contraditório, especialização e desqualificação, justifica-se pelo metabolismo das relações de controle estabelecidas, envolvendo produção e aferição de resultados, resultando naquilo que os autores nomeiam de atividades “especializadas e sem conteúdo”.

Pereira (2018) defende que está em curso um novo processo de subjetivação da profissão docente sob a égide do neoliberalismo. Para o autor há crise nas licenciaturas envolvendo a pouca atratividade que a carreira docente representa na atualidade, em que a gestão, visando a performance nos resultados, desenvolve mecanismos de controle sobre o trabalho docente, amparados por políticas neoliberais espelhadas em mecanismos internacionais como banco mundial, fundo monetário internacional e aos ditames das elites econômicas do país, estabelecem a chamada desprofissionalização do trabalho docente para atender às demandas do mercado.

[...] o perfil do professor é forçosamente condicionado a mudar para atender a essa demanda, de modo que o profissional requerido pelo mercado deve ser flexível e obediente, além de estar em condições de produzir os números estabelecidos pelos gestores e da maneira como o sistema de gestão lhe impõe, envolvendo a concepção, o método e a execução (PEREIRA, 2018, p. 27).

Soma-se aos processos de controle do trabalho docente a retirada de sua autonomia no que se refere à elaboração e construção de conteúdos a ser trabalhado nas salas de aula, em que tem predominância, em algumas redes, o fornecimento de manuais para as práticas nas salas de aula. Destaca-se que, para professores iniciantes na profissão, os manuais podem auxiliar como um balizamento de suas atividades, mas a circunscrição a eles e a imposição como recurso único pode atender diretamente interesses que não

estejam de par a lado com o benefício público.

Assim, constata-se que a precarização do trabalho docente e a sua nova subjetivação fazem parte de um processo amplo, envolvendo o reconhecimento social da profissão, participação de políticas neoliberais, falta de condições de trabalho, adoecimento, intensificação e mecanismos de controle da chamada Nova Gestão Pública que impõe ao trabalhador cumprir metas que estão em descompasso com a realidade do chão da escola.

4 | NOVA GESTÃO PÚBLICA E A TÔNICA DA PRECARIZAÇÃO

No Brasil, os interesses neoliberais junto à esfera pública de serviços vêm ganhando proporção a partir da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, em que, sob o comando do ministro Bresser-Pereira, é desenvolvida a chamada Nova Gestão Pública, que em regra consistiu na implantação de métodos da administração privada na esfera pública e, neste bojo, a participação de instituições com fins lucrativos na coisa pública (BRASIL, 1995).

Segundo a lógica dos reformadores, é imperiosa necessidade da Nova Gestão Pública, em razão de que a máquina pública não suporta arcar com os custos dos serviços e por uma mudança de paradigma na relação com a coisa pública em escala mundial, em que o Estado tem ação acentuada para a centralização da gestão e com ações voltadas prioritariamente para entes particulares e pela necessidade de ampliação de serviços com qualidade para a totalidade da população (CARDOSO, 1998).

Soma-se a esse argumento, segundo a perspectiva de Bresser-Pereira (2017), a necessidade de que o Estado passasse da atuação de estado mínimo, garantidor de mecanismos de controle por meio de uma burocracia engessada, à sua ampliação como garantidor de direitos sociais universais.

Bresser-Pereira (1995) assevera que sob a ótica da burocracia não havia o compromisso público em equiparar a ampliação da máquina pública e a indicação de onde viriam a provisão para custeio dos serviços, resultando no colapso da administração pública em arcar com seus compromissos.

Como o Estado, nesta perspectiva, é visto como ineficiente, burocrático e engessado, a reforma visa não a redefinição e aprimoramento de práticas executadas no seu interior, mas a introdução de novos executores de serviços de responsabilidade do Estado, por meio de privatizações, concessões e terceirizações. Convém destacar que a reforma tem seus tentáculos atuando em múltiplas direções, envolvendo a manipulação pública por meio da mídia, atuando fortemente na aprovação de leis, com destaque especial para a PEC dos gastos públicos, a terceirização irrestrita de serviços públicos, envolvendo atividades fim e meio, com abertura total para a participação do mercado na coisa pública.

Com base em Silva e Motta (2017), destaca-se a mercantilização e empresariamento da educação pública, com as chamadas parcerias público-privadas, resultando no que os

autores nomeiam de precarização de novo tipo no trabalho docente, em que a finalidade da educação está posta a serviço do processo de reestruturação produtiva, voltado para a formação do trabalhador adequado para o mercado e, na relação com o serviço público, novo nicho de geração de valor por meio da prestação de serviços.

Nos últimos vinte anos houve uma crescente formação de entidades privadas, sem fins lucrativos e de interesse público por parte dos empresários, banqueiros e grupos sociais afins, visando realizar parcerias público-privadas nas perspectivas da responsabilidade social e do investimento social privado (SILVA; MOTA, 2017, p. 29).

A publicização de serviços em parceria com a iniciativa privada delega funções, antes de responsabilidade do Estado à sociedade, envolvendo educação, saúde, pesquisa e cultura, por meio de parcerias, em que mercado, Estado e sociedade civil organizada visam amenizar as contradições inerentes à prestação de serviço e atendimento das necessidades da população.

Diz-se que a eficiência do mercado, fiscalizada pela sociedade, que passa a uma relação mais próxima com os serviços recebidos, garantem ao Estado melhor eficiência na prestação de serviços, na gestão dos gastos e, por consequência, satisfação da população (BRASIL, 1995).

Assim, constata-se a guinada à responsabilização da sociedade, pois passa a atuar na fiscalização de serviços e na cobrança de resultados nos serviços públicos, que no estudo em tela tem centralidade o trabalho do professor, a gestão da iniciativa privada impõe os mecanismos de gestão que tem finalidades dissonantes daquelas que compõem as regras e o objetivo final do capital, a geração de lucros, e o Estado, que deveria agir em função de garantidor do direito e benefício de todos os cidadãos, é ainda mais posto a serviço de interesses de grupos com influência na escala de poder.

Neste sentido, o Estado que é signatário poder de intervenção universal passa a atender “interesses de uma particular” classe (COUTINHO, 1996, p. 19), comprovando-se a afirmação de (MARX; ENGELS, 2002), de que no palco da história está em curso a luta de classes, e tem primazia na definição dos objetivos, meios e resultados aquela que tem poder de decisão e controle.

A ação orquestrada do Estado, posto aos interesses da classe dominante que compõe a elite econômica do país, envolvendo o tripé: teto dos gastos públicos, terceirização irrestrita e participação de organizações sociais constituem um vilipêndio para os trabalhadores em educação, reverberando-se de múltiplas formas.

O teto dos gastos públicos esgarça investimentos em demandas crescentes no setor público do país e põe fim a um direito e exigência da constituição de 1988, onde reza que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos” (BRASIL, 1988, p. 37), com tendência em

prevalecer a prática das designações ou contratos temporários², onde não há estabilidade, não continuidade de trabalho, pois professor é posto a cada ano em novo local, com prejuízo para o trabalho a ser desenvolvido e para a aprendizagem dos alunos.

A terceirização irrestrita, sancionada por meio da Lei n. 13.429 (BRASIL, 2017), que em regra legitima as parcerias público privadas, em que a administração pública cede unidades/escolas para a administração privada, consubstancia o processo de precarização do trabalho, resultando em contratos temporários, sem direito à progressão, licença para qualificação, submissão a processos administrativos da iniciativa privada.

Neste bojo, estão as organizações sociais, as OSs, que passam a serem as responsáveis pela administração *in loco* das unidades de ensino e, por sua natureza privada, estabelecem o regime de contratação, remuneração, organização do trabalho e metas.

Em uma OS, o trabalho que deveria ser desenvolvido pela dinâmica da cooperação, participação e pelo cuidado com a coisa pública, passa a ser regido pela lógica da competitividade, insegurança, pressão e performatividade, pois a “excelência” nos resultados das avaliações de larga escala é o que garantirá a retórica da eficiência da administração privada no cenário público e para que a manutenção do vínculo entre OS e o estado permaneça, sendo este aceito pela opinião pública, pela economicidade que representa para os cofres públicos e para os interesses da organização que administra, envolvendo as dimensões financeira, de representatividade e de implantação de ideologia que envolve concepção política, administrativa e religiosa na esfera pública.

5 | IMPLICAÇÕES DO ISOLAMENTO SOCIAL NO TRABALHO DO PROFESSOR EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA COVID-19

Praticamente a um mês do início do ano letivo, as atividades escolares presenciais de todo país foram suspensas em meados de março e assim se mantém até o momento. Já são seis meses que professores, técnico-administrativos e estudantes, passaram a conviver com uma realidade com a qual ninguém havia imaginado: o isolamento social.

Cada professor enfrenta uma realidade que é particular, pois muitos além de serem professores, também são pais e mães de família que precisam resguardar seus entes queridos de um vírus que apesar de invisível, é letal. No primeiro momento, os meios de comunicação de massa iniciam uma grande campanha de conscientização da população através de reportagens e estatísticas (números de contagiados e mortos) sobre o novo

2 Conforme Pereira (2018, p. 67), o MEC recomenda até 10% do quadro de professores com este regime de trabalho, para casos esporádicos, mas [...] houve um acréscimo de 37% para 41% no número de professores contratados temporariamente entre 2011 e 2015 no Brasil na educação básica, de modo que apenas em 11,8% dos 5.570 municípios, o quadro de contratação chegava a 10% e, em seis, compunha praticamente 100% dos professores [...]. Com isso, o caráter temporário se torna permanente, e o que deveria ser uma eventualidade passa a ser uma forma de desmobilização, desvalorização e sucateamento da profissão, pois o constante desprezo, a insegurança, a instabilidade e a descontinuidade incidem no desenvolvimento de um trabalho com qualidade.

Coronavirus, deixando a população em geral estupefata e apreensiva sobre como conviver com o vírus para não se contaminar e as incertezas do futuro econômico e social da nação.

No dia 18 de março, foi publicada Portaria nº 343/2020, no Diário Oficial da União (DOU), pelo Ministério da Educação (MEC), a autorização da substituição de disciplinas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação em cursos que estavam em andamento, com prazo determinado de 30 dias. Ao final deste prazo, em 16 de abril, foi publicada nova Portaria do MEC nº 395/2020, prorrogando, por mais trinta dias, o prazo estabelecido no parágrafo 1º – do artigo 1º da Portaria nº 343/2020, passando, o prazo de validade da autorização, para substituição das aulas presenciais por aulas remotas, para 18 de maio. Novamente, em 12 de maio o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 473, prorrogou por mais 30 dias a autorização para substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. A flexibilização temporária da EaD, teve seu prazo estendido novamente pelo Ministério da Educação (MEC) **Portaria nº 544, em 16 de junho, para até 31 de dezembro de 2020.**

Diante a estas autorizações, a educação de todo país, iniciou uma nova etapa metodológica através do ensino remoto. Professores e estudantes, que não estavam preparados para realizar atividades, que não fossem presenciais, passaram a adotar uma nova forma de trabalho através da educação a distância. Percebe-se que os professores tiveram que se reinventar, diante a tantos novos desafios enfrentados, como: novos horários de trabalho, dificuldades de comunicação com os alunos que não tinham o hábito de relacionamento a distância com a escola, falta de acesso à Internet ou computadores em suas residências, falta de conhecimento para trabalhar com as tecnologias de informação e comunicação e principalmente desconhecimento de utilização de aplicativos para gravação de aulas ou interatividade com os alunos, entre outros. Além do que, devido ao próprio despreparo dos professores e alunos, a orientação aos estudantes, acaba sendo feita a qualquer hora do dia ou da noite e também finais de semana, principalmente se os professores estiverem fazendo uso de WhatsApp, por falta de local específico para este atendimento.

Para **Morales (2020)**, aliado a todos estes problemas, também deve ser lembrado que cada professor, com o advento da pandemia, passou a conviver mais com seus familiares, principalmente filhos que estão em idade escolar. Além de atender as novas exigências profissionais (preparar e gravar aulas, preparar e postar atividades, acompanhar os alunos em suas tarefas, corrigir provas e trabalhos, atender reclamações de alunos e direção, preencher diários, etc.) há também aumento das demandas por conta de estar com as crianças em tempo integral, em razão da suspensão das aulas destes também, requerendo maior disponibilidade de tempo para atender as suas necessidades, como: tarefas escolares, alimentação, atenção para fazer coisas que não as deixem entediadas, intermediar conflitos entre irmãos, que agora passam todo tempo juntos; organização da casa, tensão e preocupação com o futuro, com a família, saudade dos amigos e do convívio

com seus alunos e preocupação com a situação política e econômica do país. A tarefa não tem sido fácil, pais/professores devem ser orientadores dos filhos em casa, o que requer mais disponibilidade de tempo e atenção, tendo em vista que as crianças, nas escolas, tinham atividades recreativas, mas em casa, não conseguem manter a mesma rotina.

Além de todos estes problemas, não esquecemos que presenciamos pelas redes sociais e de televisão, jornais e revistas, a falta de planejamento e apoio por parte dos governos (municipais, estaduais e federal) para com os profissionais de educação e os estudantes. As dificuldades são muitas, principalmente de grande parcela da população brasileira mais carente que não disponibiliza de meios para acompanhar as aulas remotas, por não ter acesso à internet, ou computadores, ou ainda não saberem como utilizá-los. Vemos pelos noticiários, professores, que por conta própria, vão as residências das crianças para levar e buscar atividades, para que estes não fiquem sem assistências educacionais. Esta situação demonstra o cenário brasileiro frente à pandemia, reforçando a exclusão de estudantes das famílias mais pobres e de grupos específicos como população rural, ribeirinha, favelas, entre outros. Há de se lembrar que, no Brasil, a desigualdade social entre sua população é muito grande, e milhares de estudantes entre crianças e adolescentes que frequentavam a escola, faziam ali sua única refeição do dia e com o fechamento destas, aprofundou as condições de fome e de miséria dentre a população estudantil.

Outro fator que deva ser levado em consideração nas implicações do isolamento social no trabalho do professor, é a elevação dos gastos que este profissional está tendo para ministrar suas aulas remotas. Anteriormente à pandemia, toda estrutura educacional era disponibilizada pela escola, mas com o isolamento social, os professores estão sendo obrigados a arcar com a aquisição, manutenção e fornecimento dos equipamentos para o trabalho, como computadores, internet, energia elétrica e telefone. Esta situação impacta diretamente nos salários dos profissionais de educação, que devem tirar de seus próprios salários o pagamento para a manutenção da educação remota, comprometendo a sua condição de vida e de seus familiares.

Diante de tantos problemas, não há de se estranhar que os profissionais da educação venham sofrendo consequências da pandemia na saúde mental, seja durante ou após o isolamento social. Conforme Lima (2020), em tempos de normalidade, os professores já apresentavam frequentemente, problemas de saúde, principalmente pelo estresse, diante a tantas situações vividas no cotidiano escolar: violência, dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos, condições de trabalho ruins, salários baixos, dobra de turno, salas superlotadas, etc. Com a pandemia, os professores que não tinham expertise para lidar com as tecnologias digitais, tiveram de se adaptar a uma nova forma de ministrar suas aulas, sua residência que era de convivência familiar passou a ser também sala de aula e o convívio familiar em tempo integral e no mesmo espaço. São muitas as mudanças no cotidiano dos professores trazendo sofrimento psíquico como ansiedade e depressão, além de aguçar os problemas já existentes.

Sabemos que essa situação de pandemia vai passar, no entanto é preciso garantir suporte emocional aos professores e apoiá-los para cuidarem da saúde física e mental neste tempo de grandes desafios.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se compreender ao longo deste trabalho as múltiplas faces da precarização do trabalho docente na educação básica do Brasil. Evidenciou-se que ela manifesta das políticas públicas à realidade do chão da escola.

Como corolário, identifica-se que a categoria docente da educação básica vem ao longo dos anos sofrendo sistemático processo de responsabilização pela ineficiência do processo educacional no país, que orienta suas políticas públicas a partir de agenda neoliberal em que os seres humanos estão a serviço do lucro da elite econômica brasileira e internacional.

O perfil de docente e de cidadão almejado pela elite financeira do país visa fornecer mão de obra barata e flexível aos tempos de mudanças e incertezas em escala planetária, em que o Brasil torna-se signatário de políticas neoliberais, que passa a ter na prestação de serviços públicos um dispêndio não compatível com a mentalidade de redução de gastos, amplia dos processos de controle e reduz a prestação de serviços essenciais. Tende-se a redução da participação do Estado no provimento dos recursos mínimos para o desenvolvimento equânime dos cidadãos.

O rastro de destruição que a pandemia Covid-19 vem provocando no Brasil demonstra a tendência à valorização do lucro e da economia em detrimento da vida e da saúde. Por outro lado, tem demonstrado também, no que se refere à categoria docente, a busca incessante para garantir minimamente as condições de aprendizagem para os educandos. O que se busca destacar é a não necessidade de ações de heróis em momentos delicados como o que está em curso, mas o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, a condição mínima para o trabalho, ações planejadas que visem o bem estar de todo cidadão e a proteção de um bem inalienável de todos, a vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios da sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina, PR: Praxis, 2007.

ANTUNES, R. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(2): 229 - 237, 2003.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, n.p., 2002.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial do Estado, teoria política e ensino da administração pública. **Gestão & políticas públicas**. n. 2 – 2º semestre 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro 51(1):147-156, jan. - fev. 2017.

CARDOSO, F. H. Notas sobre a reforma do Estado. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 50, março 1998. pp. 5-12.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FACCI, M. G. D.; URT, S. D. C.; BARROS, A. T. F. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 22, Número 2, Maio/Agosto de 2018: 281-290.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

LIMA, Ana Ignez Belém. **A saúde mental dos professores**. 2020. Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colaboradores/a-saude-mental-dos-professores-1.2241988>. Acessado em 19/09/2020

MARX, K. O capital – crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção Capitalista. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Introdução Jacob Gorender; tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORALES, Oscar Daniel. **Os desafios do isolamento social na visão de alguns professores**. 2020. SEDUFMS – Seção Sindical dos docentes da UFSM. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=5856>. Acesso em 19/09/2020

PEREIRA, L. D. S. **Crise nas licenciaturas e a luta pela educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, n.p., jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 10ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. M.; MOTTA, V. C. A presença do empresariado na educação pública brasileira e a precarização de novo tipo do trabalho docente. **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.2, p. 27-42, Jul. Dez., 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Brincar 7, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104

C

Campo 7, 4, 6, 11, 20, 21, 46, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 72, 73, 75, 76, 77, 85, 95, 105, 106, 109, 111, 117, 122, 129, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 158, 171, 187

Cidadania 8, 3, 20, 21, 24, 66, 101, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156

Ciências 2, 5, 6, 1, 13, 24, 27, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 105, 119, 128, 170

Comunicação 7, 21, 33, 34, 38, 41, 50, 51, 95, 96, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 128, 158, 163, 170, 185

Consciência 6, 2, 3, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 35, 41, 43, 92, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 103

Consciencialismo 6, 18, 19, 24, 25, 26

Consultoria 8, 157, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Covid-19 7, 8, 44, 45, 50, 53, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 116, 117, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155

Crise Sanitária 146, 147, 149

D

Democracia 7, 2, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 136, 150

Design de moda 157, 160, 169

Diversidad Cultural 7, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91

E

Educação 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 92, 98, 99, 100, 103, 104, 108, 111, 114, 115, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 152, 158, 159, 160, 187

Educação Ambiental 6, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11

Educação Cidadã 92

Educação Integral 6, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28, 29

Educación Intercultural 7, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91

Ensino de ciências 6, 31, 39, 56, 57, 58, 63, 64

Escola Ribeirinha 56, 58, 59

F

Família 21, 22, 50, 51, 98, 99, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 115, 118

Formação de licenciandos 32

G

Gestão democrática 6, 6, 13, 15, 16, 65, 66

Gestão pública educacional 13

I

Infância 7, 23, 57, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102

Informação 8, 41, 51, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 161, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 182, 183, 184, 185, 186

J

Jogar 7, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104

M

Mediação 95, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

P

Pais 7, 50, 51, 52, 72, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Plano de educação 16

Políticas Públicas 6, 1, 3, 4, 5, 9, 11, 16, 44, 53, 54, 75, 108, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Práticas Pedagógicas 7, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Prática Interdisciplinar 157, 169

Precarização 6, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55

Prisão 129

Privado de libertad 129

R

Registro Civil 8, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156

Reprodução 39, 96, 129, 160

S

Startups 171, 177, 180

Sujeito 22, 23, 24, 34, 38, 63, 94, 95, 97, 98, 99, 117, 129

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 11

T

Tecnologia Digital 31, 38, 39, 40

Tecnologia Educacional 7, 119, 123, 125, 126, 128

Tecnologias 6, 31, 36, 38, 39, 45, 51, 52, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 125, 128, 175, 179

Tomada de decisão 109, 171, 172, 173, 174, 178, 181, 182, 183, 184, 185

Trabalho 6, 1, 2, 5, 7, 8, 13, 20, 23, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 66, 72, 109, 110, 114, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 152, 172, 174, 183

Transdisciplinaridade 18, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 159

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021